



Mário Frota\*

## A ignobil exploração dos idosos por empresas do sector de aparelhos acústicos

Uma mina, a exploração dos idosos com surdez ou sujeitos a exames fictícios por pretensos audiólogos que os dão com surdez ou deficiências de audição...

Uma das televisões denunciou o fenómeno há dias. Com uma larga soma de episódios que levam sobretudo os consumidores idosos e desprovidos de protecção ao sobre-endividamento ou à miséria!

A um deles, por arrastamento, até um desumidificador terão vendido.

A um outro “implicaram-no” em três contratos de crédito acoplados aos de compra e venda.

Os processos não são nem regulares nem legais.

A agressividade dos procedimentos são patentes.

Com a contracção de créditos, ante as miseráveis pensões que auferem, solvidos os encargos mal ficam com dinheiro para comer.

As televisões usam figuras com implantação nacional e que gozam de efectiva notoriedade para atrair os incautos.

Muitos dos pretensos “rastreios” são feitos em furgonetas ambulantes, outros em quartéis das corporações de bombeiros ou em estabelecimentos físicos sediados um pouco por toda a parte.

Há “empresas” a atrair os idosos mediante contactos telefónicos em que varrem sucessivas zonas de cidades, vilas e aldeias.

De onde em onde há alarido nos “media”.

Em 2024, o jornal PÚBLICO, denunciava, em manchete, que ocupava a primeira página do periódico:

“VENDA DE APARELHOS AUDITIVOS A CRÉDITO LESA CENTENAS DE IDOSOS”

Com efeito, aos contratos de compra e venda é vulgar acoparem-se contratos de crédito com a chancela de conhecidas sociedades financeiras de aquisições a crédito.

Os créditos são concedidos sem a necessária avaliação de solvabilidade que a lei exige imperativamente desde 2009 e a directiva (ainda não transposta) reforça sobremodo.

E, no entanto, a despeito de tais factos se revestirem de notoriedade, as autoridades responsáveis permanecem em silêncio como se não tivessem de intervir sempre que haja notícia de situações destas.

O que haverá a dizer a este propósito?

Perante a vaga de ‘assaltos’ perpetrada contra hipervulneráveis por essa ‘corja’ sem escrúpulos que leva a mais miséria ainda do que a que oferecem as pensões de aposentação, um sem-número de passos se devem

encetar para travar os ‘instintos assassinos’ desses meliantes.

Ei-los:

- A denúncia das vítimas ou seus familiares de tais casos à DGC - Direcção-Geral do Consumidor e à ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, abandonada a ideia de o fazerem nos livros de reclamações inexistentes nos veículos de “acolhimento”;
- Uma ação colectiva (inibitória e resarcitória) perpetrada pela DGC, no uso da legitimidade processual que lhe assiste, em ordem à condenação das empresas que enredam os consumidores nos seus sórdidos processos de venda em indemnização pelos males cometidos contra todos e cada um;
- Uma outra ação contra as sociedades financeiras de aquisições a crédito que inobservam os procedimentos de avaliação da solvabilidade dos consumidores que a Lei do Crédito ao Consumo, em vigor, impõe e “esvaziam” por completo os meios de subsistência das vítimas;
- O resarcimento de todos os idosos defraudados por tais vilões;
- O desencadeamento de uma campanha de informação dirigida aos idosos nos meios de comunicação de massas a fim de os ‘industriarem’ a não cair em tais esparrelas;
- A criação de canais breves, nas freguesias e nos municípios, para que as reclamações contra esses usurpadores da miséria alheia transitem com facilidade e se consiga ter a noção da extensão do prejuízo e os fatores de tão demolidoras ações;
- A dotação de meios às associações de consumidores autênticas, autónomas e genuínas para que encetem ações junto das populações advertindo-as para os ominosas práticas de tais empresas.
- Responsabilizar os interventores em campanhas de publicidade em que usando da sua geral aceitação junto do grande público instem os idosos e os mais a procurar tais casas quando as insígnias que “representam” participem em tais ações.

Urge se actue sem detença para que as hostes de vítimas inocentes se não avolumem assustadoramente.

Urge!

\*Presidente emérito da apDC - DIREITO DO CONSUMO - Coimbra

## Trump recua nas tarifas a países europeus

As tarifas a oito países europeus, que se opõem à anexação da Gronelândia, já não vão entrar em vigor a 1 de Fevereiro. Num *post*, nas redes sociais, Donald Trump escreveu que ia dar tempo a “discussões adicionais” com os aliados da aliança atlântica.

Depois de uma “reunião muito produtiva” à margem da cimeira de Davos com Mark Rutte, secretário-geral da NATO, Trump indica negociar as linhas gerais “para um futuro acordo em relação à Gronelândia e, até, a toda a região ártica”. Assim, o presidente dos EUA afirma que “não irá impor tarifas” aos países europeus que tinha anunciado este fim-de-semana.

Dinamarca, Noruega, Suécia, França, Alemanha, Reino Unido, Países Baixos e Finlândia estavam na lista de Trump para um aumento, em duas fases, das taxas aduaneiras sobre os produtos europeus importados para os EUA. A tarifa iria agravar-se 10% a partir de 1 de Fevereiro

até que um acordo fosse “alcançado para a venda completa e integral da Gronelândia”. E subiria para 25% em 1 de Junho.

A reacção europeia, desta vez, não tardou, com o Parlamento Europeu a congelar o acordo comercial entre a UE e os EUA e vários líderes europeus, entre os quais o francês Emmanuel Macro, a defender o uso da “bazuka comercial”, um novo instrumento para responder a pressões comerciais de países terceiros.

Mesmo com o recuo de Trump, os líderes europeus mantêm a reunião de emergência que estava agendada para esta quinta-feira para debater as ameaças dos EUA e as respostas a uma nova conjuntura geopolítica. O ministro dos Negócios Estrangeiros dinamarquês, Lars Løkke Rasmussen, notou que “o dia acaba melhor que começou” com a retirada da ameaça de tarifas. E se o acordo “significa que o retorno a canais mais normais que o Truth Social então é



bom”, acrescentou Rasmussen.

Já a chefe da diplomacia sueca Maria Stenergard, na rede X, diz que parece que o “trabalho conjunto teve impacto” e que os europeus não se “devem deixar chantagear”. Lars Klingbeil, ministro das Finanças alemão e líder dos social-democratas (SPD), prefere “esperar mais um pouco e não criar muita expectativa”.

Os pormenores do acordo sobre a Gronelândia ainda não são conhecidos,

mas envolvem “discussões adicionais” sobre um “escudo durourado” na ilha com o vice-presidente JD Vance, o Secretário de Estado Marco Rubio e o enviado especial Steve Witkoff. “O acordo é tudo o que queremos”, acrescentou o presidente dos EUA em novas declarações. O New York Times avançou entretanto que o acordo envolve “pequenas parcelas de terreno na Gronelândia”.

O recuo de Trump é o segundo anúncio a tentar desanuviar, à primeira vista, as relações com a Europa. No discurso em Davos, o líder dos EUA tinha afastado o uso da força militar para anexar a Gronelândia, um território autónomo da Dinamarca. Mas continuou a afirmar que tinha como objectivo apoderar-se da ilha ártica.

Wall Street já tinha reagido em alta ao discurso, depois da pior sessão desde Abril na Terça-feira. As principais bolsas nova-iorkinas, após as tarifas ficarem sem efeito, estão a subir mais de 1%.